

in partnership with



European Commission

Plano de Acção para a Segurança Infantil em Portugal

Coordenação oficial:



Coordenação técnica:



Apoio:



I – Enquadramento

O Plano de Acção para a Segurança Infantil (PASI) enquadra-se no projecto Europeu Child Safety Action Plan (CSAP), coordenado pela Aliança Europeia de Segurança Infantil (ECSA) sob orientação de uma Comissão de Especialistas constituída por representantes da Organização Mundial da Saúde, da Aliança Europeia de Saúde Pública, da UNICEF e das Universidades de Keele e West of England (Reino Unido) e que conta com apoio da Comissão Europeia. Esta iniciativa tem como objectivo coordenar, harmonizar e integrar políticas e acções necessárias ao desenvolvimento de um plano de acção nacional para a prevenção e controle de traumatismos e lesões não intencionais nas crianças e jovens. A primeira fase, que decorreu entre 2004 a 2007, envolveu 18 países da Europa, incluindo Portugal. A segunda fase, estende-se até 2010 e já aderiram 9 novos países.

Este projecto, em Portugal, foi coordenado pela Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI) até Dezembro de 2008, altura em que o Alto Comissariado da Saúde assumiu a coordenação oficial ficando a APSI responsável pela coordenação técnica.

A primeira fase do projecto teve duas componentes principais: envolvimento e compromisso do Governo com o projecto de forma a que fosse assumido como política de segurança infantil do País e análise da situação portuguesa na área da segurança infantil. De acordo com indicadores estabelecidos pela Comissão de Especialistas do CSAP, foi feito um levantamento relativo a infra-estruturas, capacidade e liderança existentes na área da prevenção de acidentes. Além disso, foram avaliadas várias áreas específicas: acidentes rodoviários (passageiros, peões e condutores), quedas, afogamento, queimaduras, intoxicação e asfixia. Os dados recolhidos foram avaliados pela Comissão de Especialistas do CSAP o que permitiu traçar um perfil do nosso País, que constituirá a linha orientadora das estratégias a desenvolver.

No final de 2005, a Direcção Geral de Saúde reconheceu a importância e pertinência do PASI, integrado no Programa Nacional de Prevenção de Acidentes (na altura em desenvolvimento pela DGS), dando execução ao Plano Nacional de Saúde. Assim, a partir de Fevereiro de 2006, a Direcção Geral de Saúde tornou-se parceira

efectiva do PASI através de um apoio financeiro parcial para a coordenação do projecto para além do envolvimento de alguns técnicos na sua elaboração.

O ponto de partida para a criação duma plataforma de trabalho multidisciplinar foi um Workshop no dia 21 de Novembro de 2006, organizado com o apoio do Alto Comissariado da Saúde e que contou com a presença da Directora da Aliança Europeia de Segurança Infantil para além de cerca de 50 profissionais das mais diversas instituições. Entre elas, mais de 5 Ministérios estiveram representados.

Tendo em conta a transversalidade desta área de intervenção, um dos factores de sucesso do PASI é a diversidade dos intervenientes na sua elaboração a fim de desenvolver o sentido de pertença, responsabilidade e compromisso de cada um para a sua execução. Com este Workshop inicial, pretendeu-se dar início ao desenvolvimento desses vínculos com o projecto, bem como fazer uma análise da situação e identificar outros recursos para o desenvolvimento e implementação do PASI em Portugal. Ao longo do primeiro semestre de 2007, tiveram lugar diversas reuniões, com intenso trabalho electrónico entre elas, e foi-se elaborando um documento de trabalho no qual se definiu a visão e as áreas prioritárias de intervenção. Para cada uma delas, foi criado um grupo de trabalho responsável pelo estabelecimento de metas e objectivos.

Participaram neste projecto, até Setembro de 2007, mais de 54 instituições diferentes, entre organismos do estado, organizações da sociedade civil nacionais e internacionais, universidades e outras.

O desenvolvimento do Plano de Acção para a Segurança Infantil em Portugal esteve temporariamente suspenso por falta de financiamento. No entanto, e agora que o Alto Comissariado da Saúde assumiu a liderança do processo e que o PASI vai ser integrado no Programa Nacional de Prevenção de Acidentes, está previsto para breve a reinício dos trabalhos.

Entretanto, em 2008 decorreu a recolha de dados, coordenada pela APSI, que deu origem à publicação do Perfil e Relatório de Avaliação de Segurança Infantil em Portugal 2009. Este trabalho consistiu no preenchimento de formulários de avaliação das medidas e políticas nacionais e dos recursos existentes na área da liderança, infra-estruturas e desenvolvimento de competências na área da segurança infantil bem como num estudo de mercado sobre produtos de protecção / segurança infantil. A apresentação destes dados tem como objectivo dar a conhecer o estado actual de diferentes áreas da segurança infantil em Portugal e avaliar a evolução e o progresso do País nos últimos anos tendo em conta os critérios estabelecidos pela Aliança Europeia de Segurança Infantil e a comissão de especialistas do CSAP.

II – Documento de trabalho sobre o Plano de Acção para a Segurança Infantil – Resumo

1 - Visão

Conhecer os riscos, Criar ambientes seguros, Minimizar os acidentes

Fundamentação:

“**Conhecer os riscos**” relaciona-se com a necessidade de obter informação (estatística), mas também com as necessidades de formação académica e profissional bem como com a educação pública, de forma a aumentar a capacidade de lidar com o risco e de adoptar estratégias para a prevenção de traumatismos e lesões. A palavra risco foi seleccionada por ser considerado um termo inclusivo: é bem conhecido e utilizado em diferentes ambientes o que foi considerado útil para gerar reconhecimento e assim, ajudar a envolver os diversos sectores da comunidade (o risco na indústria, o risco ocupacional, o risco organizacional, o risco ambiental, são expressões bem conhecidas o que facilita a identificação das pessoas com o PASI).

“**Criar ambientes seguros**” pretende dar um sinal de pró-actividade e da necessidade de envolvimento de todos; além disso, pretende abranger os diversos ambientes que as crianças frequentam diariamente (rodoviário, casa, escola, ...) e nos quais deverão ter a oportunidade de se movimentarem com autonomia sem riscos inaceitáveis criados pelo ambiente (ambientes construídos mas também os que são criados pela organização do espaço e ainda os ambientes naturais no qual o homem possa ter alguma intervenção aceitável). A filosofia adoptada enquadra-se no conceito do programa da UNICEF “cidades amigas das crianças”.

“**Minimizar os acidentes**” pretende referir-se à redução do impacto das lesões acidentais, nomeadamente ao nível da mortalidade por lesões não intencionais, mas também da morbilidade e incapacidades relacionadas com

os acidentes. Assim, quer-se diminuir o número de acidentes, mas também a gravidade das suas consequências (agir antes do acontecimento para evitar o acidente; agir antecipando o que acontece no momento do acidente de forma a limitar os danos/prejuízo; agir após o acidente, rápida e eficazmente de forma a reduzir os danos já causados, ou impedir que aumentem/piorem).

Prazo: 2015 (com sub-metas ou objectivos específicos até 2010, de acordo com PNS)

2 - Áreas de intervenção prioritárias e metas

Foram identificadas 7 áreas de intervenção prioritárias

A) Sistema de informação integrado – Dificuldade de acesso a dados que suportem o planeamento estratégico, a avaliação e a monitorização de medidas de segurança infantil

Meta: Integrar e disponibilizar a informação sobre traumatismos com celeridade e de forma a permitir a análise, a monitorização, a avaliação e o planeamento das acções de prevenção

B) Formação académica e profissional

Meta 1: Criar uma rede de profissionais de diversos sectores com ligação à criança e vida familiar com competência para incluir e utilizar de forma regular no seu dia a dia profissional, estratégias eficazes relacionadas com a segurança infantil e prevenção de acidentes (a confirmar)

Meta 2: Aumentar os conhecimentos das crianças e jovens para a redução do número de acidentes e das suas consequências.

C) Traumatismos cranio-encefálicos e vertebro-medulares

Meta: Reduzir o número e a gravidade dos TCE e TVM bem como as suas consequências a nível individual, familiar e social

D) Segurança nos Espaços de Turismo e Lazer

Meta 1: Requalificar os espaços de turismo e lazer numa lógica de gestão do risco de forma a permitir uma utilização mais autónoma pelas crianças e jovens

Meta 2: Criação de planos concelhios para a prevenção do afogamento e outros acidentes relacionados com o meio aquático

E) Acidentes dos 0 aos 4 anos em ambiente doméstico / familiar

Meta: Reduzir o número e a gravidade dos acidentes domésticos em crianças dos 0 aos 4 anos

F) Segurança nos espaços exteriores e envolvente dos espaços educativos / escolares

Meta 1: Requalificar os espaços exteriores das escolas de forma a promover a sua qualidade e a reduzir o número e a gravidade das lesões em recreios, campos de jogos e outras áreas exteriores dentro do recinto escolar

Meta 2: Implementar a utilização sistemática de processos de gestão de risco de forma a aumentar a segurança do espaço escolar, peri-escolar e das actividades pedagógicas / educativas fora da escola

G) Segurança dos Ambientes construídos e sua envolvente (inclui critérios para manutenção)

Meta 1: Difundir e implementar a nível nacional critérios de segurança que permitam reduzir o número e a gravidade de acidentes relacionados com elementos e espaços construídos

Meta 2: Difundir e implementar critérios mínimos para uma rede viária segura nas ligações casa-escola-lazer (para peões, passageiros, ciclistas,...)

3 – Áreas de Intervenção Transversais

Foram consideradas 4 áreas transversais a serem abordadas dentro de cada área prioritária:

- A segurança rodoviária nas suas diversas vertentes
- A segurança de produtos e serviços
- A informação ao público e campanhas (definição de necessidades e implementação)
- A identificação de necessidades de formação e eventual definição de conteúdos programáticos.

4 - Instituições e Entidades Participantes

Participaram neste projecto, até Setembro de 2007, entre organismos do estado, organizações da sociedade civil nacionais e internacionais, universidades e outras:

- European Child Safety Alliance
- Norwegian Safety Forum
- Directorate for Health and Social Affairs – Norway
- Administração Central - Direcção Geral das Autarquias Locais
- Conselho de Ministros - Instituto Nacional de Estatística
- Ministério da Saúde – Direcção Geral da Saúde
- Ministério da Saúde – Alto Comissariado da Saúde
- Ministério da Saúde – INSA/ Observatório Nacional de Saúde
- Ministério da Saúde – Centros Regionais de Saúde Pública do Norte, Centro, Alentejo e Algarve
- Ministério da Saúde – INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica Ministério do Saúde – Centro de Informação Anti-venenos Dr.ª Arlinda Borges
- Ministério da Saúde – Inspeção-geral da Saúde
- Ministério da Justiça – Provedoria da Justiça
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Universidade do Minho – Instituto de Estudos da Criança
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Universidade de Aveiro
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Instituto Superior Técnico
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Escola Nacional de Saúde Pública
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Instituto Nacional para a Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Direcção Geral da Segurança Social
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Instituto de Segurança Social, IP
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Instituto Nacional para a Reabilitação
- Ministério da Administração Interna – Polícia Segurança Pública – Projecto Escola Segura
- Ministério da Administração Interna – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
- Ministério da Administração Interna – Prevenção Rodoviária Portuguesa
- Ministério da Administração Interna – Observatório de Segurança Rodoviária
- Ministério da Economia e da Inovação – Autoridade Segurança Alimentar e Económica
- Ministério da Economia e da Inovação – Direcção Geral do Consumidor
- Ministério da Economia e da Inovação – Direcção Regional de Economia do Centro
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Instituto do Ambiente
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- Ministério da Educação – Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo
- Ministério da Educação – Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
- Ministério Educação – Equipa de Missão para a Segurança
- Secretaria do Estado da Juventude e do Desporto – Instituto do Desporto de Portugal

- Unicef – Comité Português para a UNICEF
- Associação para a Promoção da Segurança Infantil – APSI
- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários
- Grupo Habitar – Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional
- A Nossa Âncora
- Associação de Profissionais de Piscinas
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Liga Portuguesa de Deficientes Motores
- Liga Portuguesa de Bombeiros
- Instituto de Apoio à Criança – SOS Criança
- Plataforma Saúde em Diálogo
- Sociedade Portuguesa de Pediatria
- União das Misericórdias Portuguesas
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Escola Superior de Alcoitão
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Centro de Medicina e de Reabilitação do Alcoitão
- CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais
- 1 Consultora de toxicologia
- 2 Neuropsicólogas
- 1 Estudante Faculdade Arquitectura